



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 5.938, DE 2009

(Do Poder Executivo)

Projeto do pré-sal. Altera a Lei nº 9.478, de
6 de agosto de 1997, Lei do Petróleo

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se ao art. 33 do PL 5938/2009 a seguinte redação:

“Art. 33. O procedimento de individualização da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos deverá ser instaurado quando se identificar que a jazida se estende além do bloco concedido sob regime de concessão ou contratado sob o regime de partilha de produção.

§ 1º O concessionário sob regime de concessão ou o contratado sob o regime de partilha de produção deverá informar à ANP que a jazida será objeto de acordo de individualização da produção.

§ 2º A ANP determinará um prazo não inferior a cento e oitenta dias para que os interessados celebrem o acordo de individualização da produção, observadas as diretrizes do CNPE.”

Acresça-se o §1º ao artigo 34 do PL 5398/2009, convertendo-se o seu parágrafo único em §2º, e dotando-os da seguinte redação:

Art. 34. (...)

§ 1º Em qualquer caso, o acordo de individualização e, em particular, a participação de cada uma das partes na jazida individualizada deverão pautar-se em critérios técnicos, segundo as melhores práticas da indústria do petróleo, assegurando-se



CÂMARA DOS DEPUTADOS

tratamento não discriminatório e comutativo entre as partes.

§2º. A ANP acompanhará a negociação entre os interessados sobre os termos do acordo de individualização da produção e estabelecerá procedimentos e diretrizes que assegurem a prevalência de critérios técnicos em conformidade com o parágrafo primeiro acima e previnam eventuais conflitos de interesse.

Acresça-se o §3º ao artigo 36 do PL 5398/2009:

“Art. 36. Nos casos em que as jazidas da área do pré-sal e das áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não partilhadas, a União poderá:

I – com base em avaliações prévias realizadas pela ANP, modificar a extensão geográfica da área concedida ou partilhada adjacente, incorporando a totalidade da jazida que se estende sobre áreas não concedidas ou não partilhadas; ou

II - representada pela empresa pública referida no § 1 do art. 8 e com base nas avaliações realizadas pela ANP, celebrar com os interessados acordo de individualização da produção, cujos termos e condições obrigarão tanto o futuro concessionário sob regime de concessão quanto o contratado sob regime de partilha da produção.

(...)

§1º (...)

§2º O regime de produção a ser adotado nas áreas não concedidas ou não partilhadas de que trata o *caput* ou a celebração do acordo de individualização da produção de que trata o inciso II deste artigo não alteram o regime aplicável às concessões e contratos em vigor.”

Suprima-se integralmente o Art. 38 do Projeto de Lei nº 5938/2009, passando-se a renumerar os artigos seguintes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dê-se ao parágrafo único do art. 39 do PL 5398/2009 nova numeração e a seguinte redação:

“Art. 38. (...)”

Parágrafo único. A ANP deverá se manifestar em até sessenta dias, contados do recebimento da proposta de acordo. Decorrido este prazo sem que haja manifestação da ANP, o acordo para individualização da produção será reputado automaticamente aprovado.”

Acresça-se o §2º ao artigo 40 do PL 5398/2009, convertendo-se o seu parágrafo único em §1º, e dotando-os da seguinte nova numeração e redação:

“Art. 39. (...)”

§1º. A recusa de uma das partes em firmar o acordo de individualização da produção implicará renúncia da jazida objeto de individualização, sem qualquer penalidade à referida parte.

§ 2º.-A assinatura do acordo de individualização não exclui o direito da parte de questionar os critérios adotados na determinação efetuada pela ANP por meio dos recursos administrativos ou medidas judiciais aplicáveis, prevalecendo os termos do acordo assinado enquanto pendentes tais recursos ou medidas judiciais.”

Suprima-se integralmente o inciso VI do artigo 32 do PL 5398/2009



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

O acordo de individualização da produção de petróleo deve observar diretrizes e regras técnicas que reflitam a adoção das melhores práticas da indústria do petróleo, preservem em pleno vigor as concessões já existentes e assegure tratamento não discriminatório a todos, sob pena de causar insegurança jurídica e institucional na indústria e afastar novos investimentos.

No artigo 33, foi incluída a qualificação “sob regime de concessão” com o objetivo de dar maior clareza ao dispositivo, distinguindo os blocos sob regime de concessão dos blocos sob regime de partilha de produção. Já o prazo para a celebração do acordo de individualização não inferior a 180 dias justifica-se pela necessidade de tempo razoável para sua negociação, haja vista a complexidade dos temas que devem ser ali tratados e a necessidade de realização ou contratação de estudos técnicos para subsidiar o acordo.

Os ajustes realizados no artigo 34 buscaram assegurar a prevalência de critérios estritamente técnicos, de acordo com as melhores práticas da indústria, na negociação e celebração do acordo de individualização de produção, bem como sua regulamentação e acompanhamento pela ANP.

O artigo 36 foi ajustado para permitir a possibilidade da União ampliar a extensão geográfica de jazida já concedida ou partilhada localizada em área do pré-sal ou estratégica, incorporando a totalidade da jazida que se estende sobre áreas não concedidas ou não partilhadas, buscando, dessa forma, ganhos de eficiência e a melhor solução técnica para a exploração de referidas áreas, sem necessidade de licitação ou implementação de privilégios injustificados, inconstitucionais e discriminatórios em relação às empresas do setor.

O parágrafo 2º do artigo 36 foi modificado para esclarecer que o regime a ser adotado em áreas individualizadas somente se refere a produção, não exploração, mantido em pleno vigor regime aplicável às concessões já outorgadas.

Suprimiu-se o artigo 38 buscando evitar o privilégio injustificado e inconstitucional que a redação original do Projeto pretendia conferir à Petrobras, de forma discriminatória em relação às demais empresas do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

setor, para os estudos de avaliação das jazidas necessários a subsidiar os acordos de individualização envolvendo a empresa estatal representante dos interesses da União. Com efeito, a dispensa de licitação em favor da Petrobras, sociedade de economia mista com expressiva parcela de capital privado e regida pelas normas de Direito Privado, inclusive concorrenciais, configura violação de diversos princípios constitucionais, como o princípio da isonomia (art. 5º), princípios da moralidade e impessoalidade (art. 37), princípio da livre concorrência (art. 170, IV), dentre outros.

A última sentença acrescida ao artigo 39, renumerado como artigo 38, buscou dar segurança e previsibilidade aos agentes do setor, prevendo que eventual silêncio do órgão regulador por período superior a 60 dias poderá ser interpretado como aprovação da ANP.

A nova redação atribuída ao artigo 40, renumerado como artigo 39, e o parágrafo único original do artigo 40, renumerado como parágrafo primeiro, buscou limitar os efeitos de recusa injustificada à assinatura do acordo de individualização, à renúncia da jazida objeto do acordo, haja vista que um mesmo bloco poderá compreender mais de uma jazida e que talvez nem todas as jazidas, em função de sua maior ou menor extensão, exijam a individualização. Esclareceu-se ainda que tal renúncia não ensejará a aplicação de multa, indenização ou qualquer outra penalidade à parte que tenha se recusado a assinar o acordo, pelo fato de tal recusa não pressupor, necessariamente, culpa da parte, mas eventual discordância de boa-fé.

O parágrafo 2º acrescido ao artigo 40, renumerado como artigo 39, esclarece, à luz do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, que o mero acatamento pela parte da determinação da ANP quanto à assinatura do acordo de individualização, inclusive para que não se caracterize renúncia da jazida em questão, não exclui o direito da parte em rediscutir os critérios impostos pela ANP, seja administrativamente, se ainda houver recurso cabível nos termos da regulamentação aplicável, seja perante o Poder Judiciário. Do contrário, a assinatura do acordo de individualização imposto pela ANP, embora praticamente compulsória sob pena de renúncia, poderia ser interpretada como um comportamento que pudesse operar a preclusão do direito de recurso ou rediscussão.

Finalmente, suprimiu-se o inciso VI do artigo 32 do Projeto como medida de consistência com os ajustes implementados ao artigo 40.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2009

Deputado EDUARDO GOMES
PSDB-TO